



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

EMERSON LIMA DA ROCHA

POLÍTICA EXTERNA DO RIO BRANCO E O PACTO DO ABC

Brasília

2023

EMERSON LIMA DA ROCHA

POLÍTICA EXTERNA DO RIO BRANCO E O PACTO DO ABC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Virgílio Caixeta Arraes

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes (Orientador)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Thiago Gehre Galvão
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília

2023

POLÍTICA EXTERNA DO RIO BRANCO E O PACTO DO ABC

Emerson Lima da Rocha

RESUMO

O presente artigo buscará expor as negociações do Pacto do ABC a partir do começo da gestão do Barão do Rio Branco, em 1902 até a assinatura do Tratado em 1915 já na gestão de seu sucessor, Lauro Müller. Serão abordados os fundamentos da gestão do Barão do Rio Branco, bem como as relações e as tentativas de aproximação entre os países designados para o Pacto do ABC. Serão adotados o conceito realista de equilíbrio de poder, proposto por Hans Morgenthau, e uma revisão de autores recentes acerca do tema. Concomitante a isso, o artigo falará sobre a corrida armamentista ocorrente entre os países supracitados, no início do século XX, os desafios enfrentados para a execução do Pacto do ABC e, por fim, refletirá se houve mudanças no cenário com a assinatura do Pacto em 1915, ocorrente depois da morte do Barão do Rio Branco, em 1912.

Palavras-Chave: Barão do Rio Branco, Pacto do ABC, Política Externa do Brasil.

ABSTRACT

This article will seek to expose the negotiations of the Pact of ABC from the beginning of the Baron of Rio Branco's management in 1902 until the signing of the Treaty in 1915 already in the management of his successor, Lauro Müller. The foundations of Baron of Rio Branco's administration will be addressed, as well as the relations and attempts to bring the countries designated for the ABC Pact closer together. The realistic concept of balance of power, proposed by Hans Morgenthau, and a review of classic authors on the subject will be adopted. Concomitant to this, the article will talk about the arms race that occurred between the aforementioned countries, in the beginning of the 20th century, the challenges faced for the execution of the ABC Pact and, finally, it will reflect if there were changes in the scenario with the signing of the Pact in 1915, occurring after the death of the Baron of Rio Branco, in 1912.

Key-words: Baron of Rio Branco, ABC Pact, Brazil's foreign policy.

INTRODUÇÃO

Em 25 de maio de 1915, ocorreu um marco nas relações internacionais da América do Sul, com a assinatura, em Buenos Aires, do “Tratado de Não Agressão, Consulta e Arbitragem” entre os três maiores países da América do Sul: Argentina, Brasil e Chile. O Tratado ficou conhecido como o “Pacto do ABC”, que seria destinado a estabelecer mecanismos eficazes de solução de controvérsias e tensões que possivelmente poderiam surgir entre os três países signatários. A assinatura do tratado foi fruto de desdobramentos e negociações que começaram em 1907 e 1909, no entanto, sua assinatura só se concretizou posteriormente, em 1915.

O Brasil, desde o período monárquico, possuía prioridades voltadas mais às relações com o continente europeu e com os Estados Unidos, portanto, via-se em uma posição de isolamento na América do Sul. Com o advento da Proclamação da República, o discurso diplomático brasileiro começou a ter mais preocupação com as relações com os países vizinhos, e foi na gestão do Ministro das Relações Exteriores José da Silva Paranhos Júnior, mais conhecido como Barão do Rio Branco, que se percebeu mais latente essa tendência pelas relações regionais.

Passados mais de 100 anos da assinatura do Pacto do ABC, observa-se que, ao longo do século XX, aumentou-se a busca por movimentos integracionistas na América do Sul, e o Pacto do ABC, apesar das dificuldades pelas quais passou até ser assinado e apesar da sua reduzida ação no tratado feito entre os países envolvidos, é considerado um marco na História das Relações Internacionais na Região do Cone Sul. O Pacto do ABC é um acontecimento de grande importância no pioneirismo das relações na América do Sul.

No presente artigo, serão expostas as relações dos países do ABC, a partir do começo da gestão do Barão do Rio Branco, em 1902, até à assinatura do Pacto, em 1915, já na gestão do Ministro Lauro Müller. Será utilizado o livro do teórico Hans Morgenthau, *Política entre as nações*, levando-se em consideração o conceito realista de equilíbrio de poder e como ele se aplica no Pacto do ABC. Em primeira instância, será demonstrado um pequeno esboço acerca da política externa do Barão do Rio Branco, e, a partir de autores que estudaram o tema, serão expostos pontos principais de sua gestão. Na segunda parte, serão abordadas as relações do Brasil, sob a regência do Barão do Rio Branco, com os países vizinhos do ABC.

Por fim, na terceira parte, por meio da bibliografia de autores que pesquisaram sobre o

Pacto, serão expostas as primeiras negociações deste e as teses onde cada autor escreveu sobre o assunto, haja vista a tese de Clodoaldo Bueno de “influência compartilhada” e a tese de “hegemonia compartilhada” de Guilherme Conduru. Serão utilizadas fontes primárias de um dos jornais mais importantes da época em circulação, especificamente duas manchetes do jornal *Gazeta de Notícias*, publicadas na época da assinatura do Pacto do ABC.

A grafia da época dos jornais será mantida, assim como seu texto original. Por meio da análise do jornal, verificar-se-á a repercussão da assinatura do Pacto, bem como as diferenças entre o Tratado assinado em 1915 e os tratados negociados anteriormente, notando-se se houve mudanças nas relações, os títulos de Ministro e Chanceler terão a primeira letra em maiúsculo.

1 - A POLÍTICA EXTERNA DO BARÃO DO RIO BRANCO

Diplomata de prestígio, no que compete aos interesses do Brasil, o Barão do Rio Branco, o qual gozava de muito prestígio por seu trabalho no exterior, em 1902, assumiu a pasta do Ministério das Relações Exteriores. Considerado o patrono da diplomacia brasileira, teve grande êxito advogando em litígios internacionais, e, como Chanceler, sua administração foi um grande divisor de águas na história das relações exteriores do país. A política externa do Barão do Rio Branco possui alguns pontos principais a serem observados: “como a busca por uma supremacia compartilhada na área sul-americana, a restauração do prestígio internacional do Brasil, a intangibilidade de sua soberania, a defesa da agroexportação e a solução de problemas limítrofes” (CERVO & BUENO, 2012, p. 191).

Ainda como diplomata, participou da disputa no litígio do território de Palmas, na qual o Brasil saiu vitorioso e o território foi incorporado ao país. No território do Amapá, o Brasil também saiu vitorioso e ganhou a maior parte da região do Oiapoque. Já como Ministro, participou da disputa do litígio do território que, hoje, pertence ao Acre – o território, até então, estava em disputa entre Brasil, Bolívia e o *Bolivian Syndicate*¹, e, após uma série de negociações, foi assinado o “Tratado de Petrópolis”, em 1903. O Brasil obteve

1 “Companhia organizada em Londres, em 1901, feita para estabelecer a colonização boliviana no território do Alto Acre. Foi a última cartada da Bolívia para efetivamente incorporar a seu território a região do Alto Acre, que se tornaria parte do território brasileiro por força do Tratado de Petrópolis, firmado em 17 de novembro de 1903, e hoje constitui o Estado do Acre.” In. FERNANDES, Felipe Tâmega. Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. In. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BOLIVIAN%20SYNDICATE.pdf>> Acesso em: 23 de Fev. 2023.

o território e, em contrapartida, pagou uma quantia de dois milhões de libras esterlinas à Bolívia, como acordado no Tratado. A vitória conquistada pelo Barão do Rio Branco foi muito bem quista pela opinião popular, pois o Tratado de Petrópolis era considerado de suma importância para a diplomacia brasileira. Dessa forma, o Ministro ganhou ainda mais prestígio do que já possuía, tornando-se o político mais popular do governo.

O Tratado de Petrópolis foi considerado por Gastão da Cunha e muitos outros como o mais importante de todos os ajustes diplomáticos do Brasil desde a independência. O Barão do Rio Branco pensava da mesma forma, pois tinha consciência de que se tratava de difícil construção política que havia requerido excepcional competência no manejo do poder, na dosagem bem proporcionada de força e compromisso. (RICUPERO, 2000, p. 30).

Com o advento do Império, o Brasil se via cada vez mais isolado na América do Sul. A diferença de idioma em relação aos países vizinhos já era vista como um fator de afastamento, e o distanciamento só aumentou ainda mais por conta do modelo de governo². No entanto, já com a Proclamação da República, o discurso diplomático brasileiro começou a ter outro posicionamento em relação aos países do Cone Sul, buscando, assim, uma aproximação e cooperação em suas relações diplomáticas (SANTOS, 2014, p. 72). O Barão do Rio Branco foi um dos primeiros estadistas que incentivaram a busca por essa aproximação.

Segundo Bueno, (2003, p. 135) o Barão do Rio Branco se preocupava com a instabilidade da relação diplomática entre os países da América do Sul e tentou consolidar a amizade entre estes e os da América Central. No Rio de Janeiro, buscou ampliar o corpo diplomático a fim de torná-lo o maior da América Latina, e, com isso, ampliar o prestígio diplomático do Brasil internacionalmente. O Barão do Rio Branco entendia que o Brasil poderia exercer um papel de liderança no Cone Sul e via como necessário o estreitamento das relações com a Argentina e com o Chile. (BUENO, 2003, p. 137). Para Francisco Doratioto, o Barão do Rio Branco almejava uma forma de liderança diplomática brasileira na América do Sul (2000, p. 3).

O Barão do Rio Branco, principalmente na região do Prata, procurou se abster dos assuntos internos dos países vizinhos e passou a favorecer os seus governos institucionais, independentemente de quais eram. Apesar disso, não interviu nos conflitos do Uruguai e do Paraguai, a fim de que a tensão fosse se arrefecendo. Preocupava-se muito com as revoluções

2 Os países sul-americanos buscavam se aproximar cada vez mais do modelo republicano, enquanto o Brasil estava em um Estado Monárquico. In. Santos, Luís Cláudio Villafaña G. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro**. Brasília : FUNAG, 2014. p. 64

na América e buscava diferenciar o Brasil de seus países vizinhos em relação à estabilidade política. (DORATIOTO, 2000 p 4)

Os motivos geopolíticos da aversão do Barão do Rio Branco a revoluções e instabilidade política eram potencializados por sua própria formação, ocorrida em ambiente político onde seu pai fora expoente do Partido Conservador. Nesse meio, defendia-se a estabilidade política e apontava-se nos países vizinhos, vitimados por caudilhos e guerras civis, o exemplo a não ser seguido. Essas lutas, vistas como prova da anarquia, eram, na verdade, parte do processo de definição do caráter dos respectivos Estados Nacionais. Daí, também, a origem da preocupação do Barão em diferenciar o Brasil de seus vizinhos perante os países europeus e os Estados Unidos. (DORATIOTO, 2000, p. 5).

1.1 - O Barão do Rio Branco e sua diplomacia com os Estados Unidos

O Barão do Rio Branco estava constantemente preocupado com o surgimento de situações revolucionárias na América do Sul e, com isso, a instabilidade do continente e a ameaça à soberania dos países da América Latina. Para evitar a influência e as intervenções europeias na região, procurou estabelecer, por esse motivo, uma maior aproximação com os Estados Unidos, potência recém-emergida no começo do século XX (CERVO & BUENO, 2012, p. 192). A fim de colocar os EUA como grandes parceiros, promoveu a elevação da Legação Brasileira à categoria de Embaixada, em 1905. “Rio Branco reafirmou a amizade Brasil-EUA, de modo enfático, por meio de um ato que, conforme afirmou Nabuco, por si só tinha o significado de uma política (BUENO, 2003, p.155).

A Doutrina Monroe³, iniciada em 1823, foi vista com bons olhos pelo Barão, enxergando que os EUA, como nova potência mundial, eram uma influência direta para a América Latina, e, assim, contribuíam para a conservação da paz e a estabilidade na região. O Barão tinha certa preocupação com os limites territoriais do Brasil, e, claro, com as intervenções europeias no continente. Como mencionado anteriormente, a aproximação do Brasil e dos Estados Unidos garantiria a integridade na América Latina e impediria intervenções de potências europeias na região. (BUENO, 2003)

O conceito de proteção do hemisfério contra agressões extracontinentais, cerne daquela doutrina, foi retrabalhado pelo então presidente norte-americano, de forma que desse justificativa à política de coerção contra os Estados latino-americanos. Como contrapartida, os Estados Unidos garantiam à Europa que as nações latinas da

3 A Doutrina Monroe estabelecia a não interferência europeia no continente americano, a América estaria sob a influência direta dos EUA. In. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2012. p. 192

América, sob sua supervisão, preservariam a ordem pública e manteriam seus compromissos em dia. (BUENO, 2012, p. 195).

2 - RIO BRANCO E AS RELAÇÕES COM OS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

As relações no Cone Sul no século XIX, segundo Moniz Bandeira (2014), “eram de grande instabilidade política, e as relações internacionais eram de grande tensão, em decorrência das questões de limites territoriais e da Guerra da Tríplice Aliança.” O Império Brasileiro desde o século XIX tentou evitar a hegemonia da Argentina na região do Prata, como consequência, o Império Brasileiro lutou pela independência do Uruguai e do Paraguai e pela contenção do governo de Buenos Aires (DORATIOTO, 2000, p. 3). Quando o Barão do Rio Branco assumiu a pasta das relações exteriores, deparou-se com o seguinte:

Em 1903, no Uruguai, o partido Blanco rebelou-se contra os colorados, que estavam há 35 anos no poder. Os blancos eram, historicamente, próximos da Argentina, enquanto os colorados eram do Brasil. Os governos do Rio de Janeiro e Buenos Aires mantiveram uma postura cautelosa acerca da guerra civil uruguaia, desse modo a luta terminou com o governo institucional em janeiro de 1904. (DORATIOTO, 2000, p.3).

Segundo Doratioto, após o fim dos conflitos no Uruguai, iniciaram-se os conflitos no Paraguai, com o movimento armado da oposição liberal para depor o Presidente Juan Ecurra, do Partido Colorado. Os revolucionários do Paraguai possuíam simpatia pelos argentinos, o que mostrava, de fato, que a hegemonia brasileira no século XIX foi perdida para a Argentina. Ainda Segundo Doratioto, o Brasil não possuía meios de mudar o *status quo*, na Revolução do Paraguai, visto que militarmente estava atrasado em relação à Argentina; a Argentina ganhara maior influência na bacia do Prata, sobrepujando o Brasil (2000, p. 4). A relação com a Argentina, que até então era tranquila, começou a se deteriorar a partir de janeiro de 1905, conforme a imprensa argentina criticava o programa de armamento naval brasileiro. A partir daí, iniciou-se uma corrida armamentista entre os países do ABC (SANTOS, 2018, p. 366).

2.1 - Corrida armamentista entre os Países do ABC

Os três países mais ricos da América do Sul encontravam-se em uma corrida armamentista, no começo do século XX. Em 1904, o Brasil acabou atrasado em relação à Argentina e ao Chile, na questão da quantidade e da qualidade dos armamentos navais. O Brasil, por meio do Barão do Rio Branco, temia sua integridade e instabilidade e começava um projeto de renovação da sua esquadra. A compra de novos armamentos causou certas desconfianças por parte da Argentina (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 75). Rio Branco via a necessidade do país se tornar uma potência naval no continente e, por isso, em 1904, foi aprovado pelo Congresso um programa de aquisição naval. O grande rival de Rio Branco, Estanislau Zeballos, Ministro das Relações Exteriores da Argentina, via o programa com grande desconfiança, e fez pressão para que o Brasil interrompesse seu programa de rearmamento naval (HEINSFELD, 2006, p. 4).

Em 1904, o Chile contratou (e depois cancelou) com a Armstrong, na Grã-Bretanha, a construção de duas poderosas naves de 11.989 toneladas — *Constitución* e *Libertad* — com 4 canhões de 254 mm e 14 canhões de 191 mm, revestidas com um cinturão blindado de 178 mm em pontos centrais e de 254 mm nas laterais das torretas, e com 146m de comprimento 21, e denunciou a convenção sobre limitação das forças navais, firmada em 28 de maio de 1902 com a Argentina, atendendo ao seu pedido, pois ela pretendia encomendar à Itália duas canhoneiras — *Rivadavia* e *Moreno* — com artilharia fornecida pela Vickers, gastando cerca de £ 7 milhões (175 milhões de francos) na renovação e aumento de sua esquadra 22 . Segundo se supôs, o objetivo da Argentina era enfrentar o Brasil 23 , que de acordo com a lei de reorganização da esquadra 24 , aprovada em 1904 pelo Congresso 25 , contratou também com a Armstrong e com a Vickers a construção de 3 encouraçados de 19.000 toneladas 26 e de 21 nós — São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro 27 — no modelo do HMS *Dreadnought*, recentemente lançado na Grã-Bretanha com 22.000 toneladas, reunindo todas as inovações de armamento, blindagem Krupp de até 27mm nas laterais e nas torres, motores, disposição de peças e desenho de silhueta. (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 75).

O Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Estanislau Zeballos, era uma forte figura de influência na imprensa argentina, e assim fazia uma grande campanha de críticas ao Brasil e ao Barão do Rio Branco. O jornal argentino *La Prensa* tentou influenciar a opinião pública argentina afirmando que o Brasil possuía pretensões de hegemonia, e que, portanto, a Argentina não poderia permitir que essas aspirações se tornassem realidade. Chegando até, inclusive, a fazer pressão ao Congresso para que fosse também aprovado um programa de armamento no país (HEINSFELD, 2006, p. 8).

A rivalidade entre Brasil e Argentina cada vez se tornava mais latente, um entendimento entre Brasil e Argentina se tornava cada vez mais distante, e esta procurava manter boas relações com o Chile a fim de fazer frente ao Brasil.(BANDEIRA 2014) Zeballos chegou a ameaçar uma invasão no Rio de Janeiro caso o Brasil não recuasse com

seu programa de armamento naval. As relações entre Brasil e Argentina entraram, portanto, em um clima de quase guerra (BANDEIRA, 2014, p. 80).

Em 1908, Estanislau Zeballos interceptou um telegrama do Barão do Rio Branco e mandou decifrar um telegrama do Itamaraty à missão brasileira ao Chile. Na versão de Zeballos, que tornou público o conteúdo do telegrama, o Barão do Rio Branco possuía pretensões de colocar os países sul-americanos contra a Argentina. Dessa forma, para se defender das acusações falsas do ministro argentino, o Barão do Rio Branco resolveu tornar público o conteúdo verdadeiro do telegrama e desmentir as acusações feitas, deixando claro que não possuía pretensões agressivas para com a Argentina. A divulgação do Barão do Rio Branco caiu como uma bomba e a gestão de Zeballos se tornou cada vez mais deteriorada, o que culminou com a sua renúncia do Ministério (HEINSFELD, 2006, p. 08).

Ao tornar público o conteúdo de um telegrama do maior adversário, Zeballos tentou uma medida ousada, que foi respondido por Rio Branco com outra atitude ousada: a publicação do código secreto utilizado na correspondência telegráfica. Com isso, Zeballos, que objetivava desmoralizar Rio Branco, ficou desmoralizado, sendo obrigado a renunciar ao ministério das Relações Exteriores y Culto do seu país. A partir deste episódio, a campanha anti-brasileira será desenvolvida por ele apenas através da imprensa e na Câmara dos Deputados. Com Zeballos não atuando mais diretamente na política externa, as relações bilaterais Brasil e Argentina passarão gradualmente para um período de distensão. (HEINSFELD, 2006, p.10)

3 - O PACTO DO ABC E AS TENTATIVAS DE APROXIMAÇÃO ENTRE OS PAÍSES

Como já citado neste trabalho, o Barão do Rio Branco procurou manter boas relações com os países sul-americanos, na expectativa de uma aproximação entre eles. O Barão desejava a manutenção da paz, a cordialidade, a integridade do território e a soberania na região. Sendo assim, possibilitava um estreitamento de relações cordiais entre a Argentina e o Chile. O Barão desejava essa aproximação desde o começo de sua gestão, em 1902. Um telegrama enviado a Joaquim Nabuco dizia: “(...) faço votos para que seja eterna e cada vez mais estreita, a amizade entre a Argentina, o Brasil e o Chile.”⁴ (BUENO, 2003, p. 376).

Em 1904, em conversas com o Ministro das Relações Exteriores argentino, no Rio de Janeiro, Manuel Gorostiaga, tratavam “sobre a conveniência de um acordo de tratado de arbitramento geral entre Brasil e a República Argentina e sobre a utilidade de algum acordo

4 In. BUENO, Clodoaldo. In. *Política externa da Primeira República: os anos do apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

entre as duas repúblicas e a do Chile”⁵, tendo em vista o fim das revoluções no Cone Sul (BUENO, 2003, p. 359). Tal ofício propunha um instrumento legal que asseguraria atitudes voltadas para a paz e para a ordem na região. Mas a tensão entre Brasil e Argentina, na busca de hegemonia no Prata, colocava em xeque um consenso entre eles. Na Argentina, o Presidente Julio Roca também defendia a ideia de aproximação entre as três repúblicas, conhecido como "triângulo do ABC", e os três países atuaram conjuntamente no reconhecimento do Panamá, sendo a primeira ação concreta entre eles. Em 1905, Gorostiaga, esteve no Brasil e defendeu que estava cada vez mais convencido que um pacto entre os três países seria de grande vantagem dentro e fora dos países (BUENO, 2003)

Segundo Bandeira (2014), nesse primeiro momento, as conversas do Barão do Rio Branco com Gorostiaga, o pacto, não só possuía pretensões de conservar a paz no continente e manter boas relações de amizade, mas tinha aspirações de que os três países do ABC partilhassem o continente e determinassem suas áreas de influência.

Ao Brasil, conforme constava, caberia toda a bacia do Amazonas, inclusive as partes pertencentes à Bolívia e ao Peru, enquanto a Argentina reivindicava o Uruguai e as regiões meridionais do Paraguai e da Bolívia, e o Chile reclamava completa liberdade de ação, em particular sobre as províncias de Tacna e Arica, cujo destino estava em suspenso desde a paz de Ancon, com que a Guerra do Pacífico terminou, em 1883. (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 79-80).

“Em 20 de outubro de 1907, Puga Borne, Ministro chileno, e Lorenzo Anadón, representante da Embaixada argentina no Chile, redigiram um esboço de um tratado em relação às relações entre os países do ABC.” (HEINSFELD, 2009 p 03) Tal esboço tratava sobre uma aliança de cunho militar, e abordava sobre equivalência naval entre eles. No entanto, as negociações não foram adiante, devido à rivalidade entre Brasil e Argentina no contexto da corrida armamentista (BUENO, 2003, p. 377). Segundo Heinsfeld, em relação à proposta formulada em 1907, “Zeballos a recebeu muito mal, porque constava o nome do Brasil; só aceitava um pacto se fosse suprimido o nome do Brasil. Não Sendo assim, a Argentina saberia viver isolada e trataria de aumentar seus armamentos” (2012, p. 8). Para o Barão do Rio Branco, não havia a possibilidade de um pacto de cordial inteligência entre Brasil, Argentina e Chile enquanto Zeballos fosse Ministro. A rivalidade inviabilizou a proposta adiante (HEINSFELD, 2012, p. 8).

“No ano de 1909, o Barão do Rio Branco recebeu uma minuta sobre um projeto de Pacto de Cordial Inteligência do Ex-Ministro das Relações Exteriores do Chile. Formulou

5 Telegrama despachado para Buenos Aires em 22/11/1904. In. BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República: os anos do apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo : Paz e Terra, 2003.

outro e o devolveu, pedindo para que o projeto fosse entregue à Argentina, pelo representante do Chile.” (BUENO, 2003, p. 378). O Barão do Rio Branco não enxergava um jeito agradável de realizar uma política de aproximação do Brasil com a Argentina, já que os argentinos não ansiavam por qualquer desejo desse feitio (HEINSFELD, 2006, p. 5).

Para Reckziegel, o Pacto do ABC era uma estratégia do Barão do Rio Branco que visava vigiar a Argentina de perto, “atrelando-a a um compromisso político-diplomático cujo rompimento seria, no mínimo, razão para o Brasil reafirmar as acusações sobre as pretensões hegemônicas daquele país” (1996, p. 3). Segundo Heinsfeld, (2006, p. 10), o Brasil procurava aumentar a sua aproximação do Chile, de modo a isolar a Argentina, e impedir que ela exercesse influência nos demais países vizinhos.

Em relação à proposta de 1907, o novo esboço apresenta algumas inovações: a preocupação com a manutenção da paz e o estímulo ao progresso na América do Sul, bem como a regulamentação dos procedimentos sobre declaração de guerra. Rio Branco apresenta também uma proposta de Pacto de Cordial Inteligência, em cujo preâmbulo definia como objetivo geral ‘consolidar as boas relações que felizmente existem entre elas [as nações participantes]’. A proposta era composta de 13 artigos. De uma forma resumida, os objetivos do pacto eram “assegurar a paz e estimular o progresso na América do Sul”, defendendo ‘interesses vitais, a independência, a soberania ou a honra dos Estados contratantes.’ No caso de desinteligências graves entre os três países, o recurso às armas somente poderia ser considerado depois de esgotados todos os recursos diplomáticos e a parte ofensora teria ainda seis meses para se justificar; na eventualidade de um ataque militar, haveria a necessidade de prévia declaração de guerra. (HEINSFELD, 2006, p. 5).

No final de 1909, Brasil e Argentina deixaram suas desavenças políticas e diplomáticas de lado, e formaram uma união. Nesse ano, os Estados Unidos cobraram dívidas ao Chile no valor de um milhão de dólares em virtude da questão envolvendo a empresa Alsop & Co. O Brasil e a Argentina, então, atuaram juntos na defesa do Chile. Segundo Bandeira:

O Brasil e a Argentina então se uniram na defesa do Chile, em larga medida para não perderem um para o outro a influência sobre um país que configurava importante peça na política regional, mas, de qualquer modo, esta cooperação correspondia ao espírito do Pacto do ABC: enfrentar solidariamente as questões internacionais que envolvessem os três países. E a questão terminou, de modo amigável, devido particularmente à ação de Rio Branco junto ao Departamento de Estado e no dia 23 de novembro de 1909 o governo chileno já recebia a informação de que o ultimatum não se cumpriria. (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 85).

3.1 – Assinatura do Pacto do ABC

O Barão do Rio Branco faleceu em 1912 e não conseguiu presenciar a concretização do Pacto do ABC. Seu sucessor, Lauro Müller, retomou as negociações do Pacto com Argentina e Chile em 1915. Voltando, dessa forma, aos debates referentes a uma construção de um tratado de comum interesse entre os três países, ressaltando que o tratado se concentrava em desdobramentos das negociações de 1907 e 1909 (BARNABÉ, 2014, p. 9). A assinatura do Pacto foi aprovada pelo Congresso do Brasil e do Chile, no entanto, não passou pelo Parlamento da Argentina. Para muitos políticos argentinos, o Pacto comprometeria a Argentina e seria prejudicial ao país, mesmo porque, anteriormente, já tinha gerado muitas desconfianças por parte de Zeballos, principalmente acerca do Barão do Rio Branco, e aquele, apesar de ter deixado o Ministério, ainda possuía grande influência na política interna argentina (HEINSFELD, 2009, p. 9).

Contudo, apesar de ser um desdobramento das negociações anteriores, a proposta de 1915 se distanciava das outras propostas, as de 1907 e 1909, as quais, nas minutas das propostas anteriores, previam uma *entente* entre os três países.(BARNABÉ, 2014 p. 9) O Ministro das Relações Exteriores da Argentina, José Luís Murature, conversou com os Chanceleres Lauro Müller, do Brasil, e Alejandro Lyra, do Chile, em 25 de maio de 1915, e, por fim, os três acabaram assinando o “Tratado de Não Agressão, Consulta e Arbitragem”, conhecido também como Pacto do ABC.

O tratado de 1915 possuía um conteúdo pacifista entre os três países signatários, não tratando de uma aliança ou mesmo de questões de armamentos que eram abordados nos esboços anteriores (BARNABÉ, 2014, p. 10). Segundo Conduru, as diferenças entre os tratados de 1909 e o de 1915 encontravam-se nas pretensões de uma hegemonia compartilhada entre os países do ABC, e, portanto, caberia ao Brasil manter a estabilidade de paz na região do Cone Sul. O Tratado de 1915 foi mais simplório em relação ao anterior, visto que não possuía aspirações à hegemonia, mas apenas solucionar divergências que existiam entre os países signatários (1998, p. 79).

Conforme afirma Bandeira, o Pacto do ABC, na versão de 1907, serviria para delimitar as zonas de influência onde cada um dos países signatários a exerceria (2014, p. 85). E nas negociações de 1909, Bandeira enunciara que o Barão do Rio Branco possuía pretensões de criar uma *entente* para se opor à política externa estadunidense, na qual o Pacto do ABC bloquearia, de certa forma, a influência norte americana no Cone Sul, e para os EUA o Pacto era considerado hostil aos seus interesses.

Já Bueno, utiliza o conceito de "influência compartilhada", mostrando que, por meio dessa influência, a América do Sul manteria o equilíbrio e a manutenção da paz na região (2003, p. 298). Para Bueno, o Barão do Rio Branco não via o Pacto do ABC como uma política para contrabalancear os Estados Unidos, pelo contrário, a aproximação do Brasil com a Argentina e o Chile seria um "projeto complementar à aliança não escrita com os Estados Unidos".

Ricupero, está de acordo com Bueno, para ele, o Pan-americanismo substituiria os ressentimentos com uma amizade entre os povos americanos do Norte e do Sul; por meio do Pacto, o Brasil seria uma espécie de intérprete da política de influência dos Estados Unidos na América, de modo que, o Brasil funcionaria como um instrumento de confiança dos Estados Unidos aos demais países da América espanhola, ou seja, estaria em total compasso com os EUA (1995, p. 93-100). O Brasil por meio dessa política de ponte entre as duas Américas poderia exercer uma política de prestígio.

De outra parte, Conduru utiliza o conceito de "hegemonia compartilhada", mostrando que o projeto de 1909 possuía pretensões e preocupações com a promoção da paz no subsistema sul-americano, e caberia ao Pacto fazer uma espécie de monitoramento da ordem regional, em que, por meio da autoridade hegemônica do ABC, seriam utilizados instrumentos para manter a estabilidade na região (1998, p. 77).

No fim das contas, o que todos os autores concordam acerca do Pacto do ABC é que os projetos de 1907 e 1909 possuíam pretensões de influência na região e, por meio dela, manter-se-ia a estabilidade na região. Sob a ótica realista, o pragmatismo de Rio Branco possuía preocupações com a segurança e contava com objetivos claros de distribuição de poder, conforme (MORGENTHAU, 2002, p. 321).

O Pacto assinado em 1915 não possuía todas essas pretensões e preocupações dos esboços anteriores, visto que uma das suas poucas aspirações seria resolver conflitos que pudessem surgir entre os países signatários, portanto, possuía objetivos mais restritos que o projeto de Rio Branco. O então Ministro Lauro Müller, responsável pela assinatura do Pacto de 1915, concedeu uma entrevista à *Gazeta de Notícias*, em 25 de maio de 1915, na qual foi questionado sobre as intenções do Pacto do ABC:

Sendo ouvido sobre o A.B.C constituiria um arbitro para resolver questões internacionais sul-americanas, respondeu que de nenhum modo era proposito do A.B.C constituir-se tutor dos demais países do continente igualmente soberanos com os que se constituem o A. B. C... Quanto aos propósitos políticos do A. B. C., no tocante a um plano definitivo de tratados futuros sobre commercio, declarou S. Ex. que achava boa a ideia de um acordo, nesse sentido e que devia que esses países

solidificassem as suas relações comerciais tendo em vista o progresso de cada um [...] (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1915).

O próprio Ministro Lauro Müller descartou, na entrevista, as pretensões do ABC de exercer alguma influência na região ou até mesmo de tentar manter algum tipo de mantenedor da estabilidade. Mas o que pôde se perceber na fala do Ministro é o desejo de melhorar as relações comerciais com os países signatários na busca pelo progresso coletivo.

A assinatura do Pacto e o estreitamento das relações dos Países do ABC foram vistos com boas impressões e entusiasmo pelos países signatários. Em 1915, a *Gazeta de Notícias* fez uma reportagem acerca da visita do Ministro, sucessor do Barão do Rio Branco, Lauro Müller, à Argentina e ao Chile:

Está sendo objecto de largos comentários na imprensa da visita dos ministros do exterior, do Brasil e da Argentina, a esta capital.

Todos os jornais consideram muito auspiciosa a vinda dos chanceleres das duas grandes republicas da america do sul para o estreitamento das relações de amizade entre as nações que pela sua importância unidas no mesmo ideal de progresso, paz e concórdia estão destinadas a guiar os destinos desta parte no continente americano.

A reunião dos homens eminentes que dirigem a politica dos tres grandes países que formam o A.B.C só pode ter resultados benéficos para nós por isso é com os melhores sentimentos de cordialidade que o povo chileno se prepara para receber a visita dos seus ilustres amigos os Drs Lauro Müller e José Luiz murature, ministros do Brasil e da republica Argentina. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1915).

Após mais de uma década de tentativas e negociações, em 1915, os três países do ABC conseguiram chegar o mais próximo de um acordo de cordial inteligência, Lauro Müller fez visitas à Argentina e ao Chile, conforme explicitado na notícia da *Gazeta de Notícias*. Pelo menos na visão desta, a assinatura do Pacto do ABC foi vista com grande entusiasmo, de modo que esse estreitamento de amizade poderia trazer grandes benefícios ao Brasil e à região como um todo. A viagem do Chanceler Lauro Müller representou um grande marco na busca pela integração dos três maiores países da América do Sul. Apesar do fracasso do ABC, o Pacto foi considerado um grande avanço nas relações internacionais do Brasil, segundo o jornal analisado.

As relações pacíficas do Brasil com os países vizinhos possuíam um grande desejo latente de busca pela integração. Esse desejo se manteve firme ao longo das décadas do século XX, especialmente no que tange à aproximação entre os países e à necessidade da constituição comum de interesses, na busca pela segurança e pelo desenvolvimento (BARNABÉ, 2014, p. 11). Para Seixas Corrêa, é possível perceber a importância da integração e a influência do Barão do Rio Branco nesse processo:

A evolução pacífica de nossas relações com os vizinhos sul americanos ao longo do século XX, assim como os atuais processos de integração, são em boa medida consequência do trabalho de estadista levado a cabo por Rio Branco». (...) Em sua primeira tentativa de formação de uma espécie de «entente cordiale» entre as três maiores nações do Cone Sul viria mais tarde, após sua morte, a resultar na criação do chamado Pacto do ABC, em 1915, precursor remoto – não seria exagerado pensar – do Mercosul. (SEIXAS CORRÊA, 2012).

CONCLUSÃO

No presente artigo, procurou-se expor os desdobramentos do Pacto do ABC, a partir da gestão do Barão do Rio Branco, em 1902, até à assinatura do tratado em 1915, já na gestão de seu sucessor, o Ministro Lauro Müller. Segundo os autores citados ao longo do trabalho, o Barão do Rio Branco se preocupava com a instabilidade e as revoluções na América do Sul, e portanto, buscou fazer uma política mais voltada aos países vizinhos da região e criar uma área de influência entre Argentina, Brasil e Chile.

Por meio de tal colaboração entre os países do ABC, o Barão do Rio Branco almejava desenvolver uma política de influência compartilhada com a Argentina e com o Chile, tal influência vai de encontro ao conceito do equilíbrio de poder, proposto por Hans Morgenthau. Devido à rivalidade latente entre Brasil e Argentina, os dois primeiros projetos de tratado não foram adiante, e, por isso, a assinatura do Pacto só se deu após o fim da gestão do Barão do Rio Branco. O Tratado de 1915, assinado após o falecimento deste, diferiu-se dos anteriores, visto que os tratados de 1907 e 1909 possuíam um caráter de influência compartilhada e aliança militar, enquanto o de 1915 serviria apenas para resolver questões e conflitos que poderiam emergir entre os três países.

O equilíbrio de poder desejado pelo Barão do Rio Branco nas negociações anteriores não se concretizou com a assinatura do Tratado em 1915, não só por causa do fracasso do Pacto propriamente dito, mas também porque o novo tratado não possuía pretensões de uma distribuição de poder, seria um Pacto bem mais “tímido” e menos ambicioso que os anteriores. Portanto, não trouxe grandes impactos para as relações entre os países signatários, porém é factível afirmar que proporcionou um maior desejo de interação entre os membros do ABC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNABÉ, Israel Roberto. *A América do Sul pelo Barão do Rio Branco*: uma análise sobre o Pacto ABC. Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo / Vol. 9. No. 17. Enero-Junio. 2014.

BUENO, Clodoaldo. “O Barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul”. In: CARDIN, Carlos Henrique & ALMINO, João (Org.). *Rio Branco*: a América do Sul e a Modernização do Brasil. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

_____. *O Barão do Rio Branco no Itamaraty (1902–1912)*. Rev. Bras. Polít. Int. 55 (2): 170-189. 2012.

_____. *Política externa da Primeira República*: os anos do apogeu (1902 a 1918). São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

CONDURU, Guilherme Frazão. *O subsistema americano, Rio Branco e o ABC*. Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI). 1998.

DORATIOTO, Francisco. *A política platina do Barão do Rio Branco*. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 43, n. 2, p. 130-149, jul./dez. 2000.

In. FERNANDES, Felipe Tâmega. Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. In. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BOLIVIAN%20SYNDICATE.pdf>> Acesso em: 23 de Fev. 2023.

GAZETA DE NOTÍCIAS. *A visita do Dr. Lauro Müller à Argentina e ao Chile*. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&Pesq=%22Lauro%20Muller%22&pagfis=34121. Acesso em 16 de fevereiro de 2023.

_____. *O Dr Lauro Müller, antes se partir de Santiago concede uma entrevista*. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1915. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&Pesq=%22Lauro%20Muller%22&pagfis=34798. Acesso em 16 de fevereiro de 2023.

HEINSFELD, Adelar. “O Brasil e a Política da Paz Armada no Cone Sul da América: a visão da imprensa argentina”. In: **VIII Encontro Estadual de História da ANPUH/RS Caxias do Sul**. Anais Eletrônicos do VIII Encontro Estadual de História da ANPUH/RS. Porto Alegre: ANPUH, 2006.

_____. *Rio Branco e as relações do Brasil e Chile no âmbito da proposta do Pacto ABC (1915)*. História: Debates e Tendências (Passo Fundo), v. 12, p. 11-21, 2012.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *1935 - Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as nações: a luta pelo poder e a paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *O Pacto ABC: as relações Brasil - Argentina na década de 1950*. Passo Fundo: Edipuf, 1996.

RICUPERO, Rubens. *1937- Rio Branco: o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto: PETROBRÁS, 2000.

_____. *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco: uma Biografia fotográfica 1845 - 1995*. Brasília: FUNAG, 1995.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2014.

_____. Luís Claudio Villafañe g. *Juca paranhos, o Barão do Rio Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe. “O Barão do Rio Branco chefe de missão: Liverpool Washington, Berna e Berlim”. In: PEREIRA, Manoel Gomes (Org.). *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*. Brasília: FUNAG, 2012.

“Eu, Emerson Lima da Rocha, declaro, para todos os efeitos, que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Política Externa do Barão do Rio Branco e o Pacto do ABC” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.”